



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura

1. Nome da Unidade curricular:

Direito da União Europeia

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: 168

Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Cláudia Monge (2 horas aulas plenárias e 2 subturmas, total 6 horas semanais)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Duarte dos Santos Pedro (3 subturmas – 6 horas/semanais), Gustavo Almeida Neves (2 subturmas – 4 horas semanais), Joana Gama Gomes (2 subturmas – 4 horas semanais), Rita Curro (3 subturmas – 6 horas semanais)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

A disciplina de Direito da União Europeia, no segundo ano curricular da licenciatura em Direito, tem como objeto essencial o estudo da União Europeia – da sua base, da sua identidade e das suas instituições – e da parte geral do Direito da União Europeia como ordem jurídica própria.

Constituem objetivos de aprendizagem Unidade Curricular, no domínio dos conhecimentos técnico-jurídicos visados:

- A aquisição de conhecimentos sobre os fundamentos do projeto de integração europeia, as bases políticas e jurídicas da União Europeia. Para tal é importante atender à evolução histórica – i) até à criação das Comunidades Europeias, ii) à criação das Comunidades Europeias, iii) às sucessivas etapas do processo de integração europeia iv) até à situação atual da União Europeia – e identificar a evolução dos Tratados Institutivos, para que possam ser entendidos os desafios presentes e futuros da União Europeia;
- Reconhecer a União Europeia como uma união política e uma união económica, com características singulares;
- Reconhecer a proteção de direitos fundamentais como *acquis* comunitário;
- A aquisição de conhecimentos sobre as instituições e os órgãos da União Europeia e o seu funcionamento;
- Reconhecer o Direito da União Europeia com uma ordem jurídica própria e identificar as suas fontes;
- Compreender o sistema institucional e os processos decisórios, legislativos, não legislativos, de vinculação internacional da União Europeia, e de aplicação de sanções;
- Compreender a internormatividade entre Direito Internacional, Direito da União Europeia e Direito de fonte interna;
- Identificar os princípios estruturantes de Direito da União Europeia e da articulação entre ordem jurídica da União Europeia e ordens jurídicas dos Estados-Membros;
- Reconhecer a importância crescente do Direito derivado da União Europeia, através de exemplos atuais;
- Compreender o estatuto de cidadania europeia e a defesa dos direitos fundamentais e reconhecer a importância da atuação do Tribunal de Justiça da União Europeia e dos tribunais nacionais;
- Reconhecer a pertinência da Conferência sobre o Futuro da União Europeia e identificar os atuais desafios da União Europeia.

Constituem objetivos de aprendizagem Unidade Curricular, no que respeita às competências a adquirir:

- Análise crítica da evolução da ordem jurídica da União Europeia;
- Saber explicar o sistema institucional da União Europeia e traçar a importância dos seus efeitos;
- Articular os princípios da competência por atribuição, da subsidiariedade e da proporcionalidade e reconhecer os efeitos do princípio do primado;
- Distinguir Direito originário e Direito derivado da União Europeia;
- Saber aplicar o Direito da União Europeia nas ordens jurídicas dos Estados-Membros;
- Integrar o Direito da União Europeia na proteção de direitos fundamentais;



– Compreensão da evolução recente.

6. Conteúdos programáticos:

- Introdução
 1. A União Europeia e o Direito da União Europeia
 2. Os fundamentos da União Europeia e o processo de integração:
 - 2.1. As bases políticas e jurídicas;
 - 2.2. A evolução histórica – as etapas de integração e os Tratados;
 - 2.3. A afirmação da feição humanista e a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia;
 - 2.4. A evolução através dos Tratados e o princípio contratualista;
 - 2.5. A situação atual e os novos desafios.
 3. Método comunitário e princípio contratualista
 4. A personalidade jurídica da União Europeia
 5. A natureza jurídica da União Europeia

- Parte I – A União Europeia
 - Capítulo I – Aspetos gerais do sistema institucional
 6. O sistema institucional e os princípios fundamentais de vinculação institucional
 - 6.1. Estrutura e quadro comum de funcionamento;
 - 6.2. O princípio do equilíbrio institucional;
 - 6.3. O princípio do respeito pelo acervo eurocomunitário;
 - 6.4. O princípio da cooperação leal;
 - 6.5. O princípio da transparência
 7. Instituições, órgãos e organismos; órgãos, serviços institucionais, agências descentralizadas e outras agências e organismos
 - 7.1. Parlamento Europeu
 - 7.2. Conselho Europeu
 - 7.3. Conselho
 - 7.4. Comissão Europeia
 - 7.5. Tribunal de Justiça da União Europeia
 - 7.6. Banco Central Europeu
 - 7.7. Tribunal de Contas
 - 7.8. Outros

 - Capítulo II – As atribuições, competências e os procedimentos de decisão da União Europeia
 8. As atribuições ao nível interno e a ação externa da União Europeia
 9. As competências da União Europeia
 - 9.1. Fundamentos do sistema de competências; compaginação da evolução das competências com as revisões ou modificações dos tratados institutivos;
 - 9.2. Delimitação das competências: exclusivas, partilhadas, de apoio, de coordenação e complemento
 - 9.3. Princípio da competência por atribuição
 - 9.4. Princípio da subsidiariedade
 - 9.5. Princípio da proporcionalidade
 - 9.6. A via expansiva das competências – as competências implícitas, o artigo 352.º do TFUE e as competências evolutivas;
 - 9.7. Os novos desafios e o reforço de competências
 10. Os procedimentos de decisão da União Europeia
 - 10.1. Os diferentes procedimentos
 - 10.2. Aprovação dos atos legislativos
 - 10.3. Aprovação dos atos não legislativos
 - 10.4. A vinculação internacional
 - 10.5. A aplicação de sanções políticas pela União Europeia aos Estados-Membros
 - 10.6. Balanço

Parte II – O Direito da União Europeia e a sua aplicação



- Capítulo III – As fontes do Direito da União
 11. Aspetos gerais; a distinção entre Direito Primário e Direito Secundário da União Europeia
 12. Direito originário ou primário – os Tratados institutivos e o processo de revisão; análise das reformas mais relevantes
 13. Os princípios gerais de Direito
 14. Direito derivado ou secundário – desenvolvimento
 - 14.1. Os atos típicos:
 - 14.1.1. Regulamento
 - 14.1.2. Diretiva
 - 14.1.3. Decisão
 - 14.1.4. Recomendações e pareceres
 - 14.2. Os atos atípicos
 15. O Direito Internacional: o Direito Internacional Geral ou Comum e o Direito de fonte convencional
 16. A Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia
 17. Outras fontes

- Capítulo IV – A cidadania europeia e a tutela de direitos fundamentais
 18. A cidadania da União
 - 18.1. As origens da cidadania da União
 - 18.2. A nacionalidade de um Estado-membro como condição de aquisição da cidadania da União
 - 18.3. Os direitos e os deveres do cidadão da União
 - 18.4. As bases jurídicas
 - 18.5. O direito à não discriminação e a cidadania da União
 19. A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE)
 - 19.1. Valor jurídico igual ao dos Tratados institutivos
 - 19.2. Dignidade da pessoa humana
 - 19.3. Liberdades fundamentais
 - 19.4. Igualdade
 - 19.5. Solidariedade
 20. A adesão à Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH)
 21. A garantia do nível mais elevado de proteção (o artigo 16.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, o artigo 53.º da CDFUE e o artigo 53.º da CEDH)

- Capítulo V – A articulação entre a ordem jurídica eurocomunitária e as ordens jurídicas nacionais
 22. Enquadramento
 23. O princípio da autonomia do Direito da União Europeia
 24. O princípio do primado do Direito da União sobre o Direito estadual
 25. A eficácia direta
 26. O princípio da interpretação conforme
 27. O princípio da lealdade comunitária
 28. O princípio da responsabilidade dos Estados-Membros por violação do direito da União Europeia
 29. A Constituição da República Portuguesa e a articulação do princípio do primado com a cláusula de salvaguarda do respeito pelos “princípios fundamentais do Estado de Direito democrático”

- Capítulo VI – A tutela jurisdicional efetiva
 30. Aspetos gerais; a justiça eurocomunitária
 31. Os tribunais nacionais como aplicadores e garantes do Direito da União Europeia
 32. O processo de questões prejudiciais
 33. As vias processuais – visão sumária
 34. Síntese do papel do Tribunal de Justiça para o desenvolvimento do projeto europeu

- Capítulo VII – Os desafios presentes e futuros da União Europeia
 35. O seguimento da Conferência sobre o Futuro da União Europeia
 36. A agenda estratégica para 2024-2029



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O conteúdo programático permite alcançar o estudo da União Europeia – da sua base, da sua identidade e das suas instituições – e da parte geral do Direito da União Europeia como ordem jurídica própria e abranger os objetivos subjacentes à presente unidade curricular.

8. Metodologias de ensino:

O ensino agrega:

- i) a exposição teórica em aulas plenárias, com introdução e análise crítica dos diferentes pontos do conteúdo programático da Unidade Curricular e recurso a materiais formativos disponibilizados na plataforma Moodle acessíveis através do *link* <https://moodle.fd.ulisboa.pt/course/view.php?id=1029>.
- ii) a problematização das questões em aula prática, com resolução de casos, análise crítica de jurisprudência e discussão de temas atuais. Será promovida a participação oral contínua dos alunos através da indicação e disponibilização prévia dos elementos na plataforma Moodle. Será implementado também um princípio de aprendizagem cooperativa com recurso a metodologias ativas como o método de Jigsaw ou método do *puzzle*.

9. Avaliação:

A avaliação contínua respeitará o estabelecido para o Método A no Regulamento de Avaliação em vigor.

1. Os elementos de avaliação contínua são compostos por:

- a) uma prova escrita, com ponderação de 50%;
- b) atividades em contexto de subturma (50%): i) participações orais com resolução e análise dos materiais propostos previamente disponibilizados (com ponderação de 25%); ii) apresentação oral em aula prática de trabalho individual após escolha e audição de um episódio de *podcast* dedicado à União Europeia entre os disponíveis em https://citizens-initiative.europa.eu/spread-word/citizencentral-podcast_pt ou <https://podcasts.apple.com/pt/podcast/eurotopia/id1715471592> (com ponderação de 15%); iii) entrega de relatório síntese escrito de análise de jurisprudência depois de trabalho em sala de aula com recurso ao método do *puzzle* (trabalho de grupo, ponderação de 10%). Nos trabalhos referidos em ii) e iii), os alunos devem indicar a base ou as bases jurídicas sobre o tema e citar pelo menos dois acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeias sobre o tema.

Alunos ERAMUS: os elementos referidos em b) e a respetiva ponderação são iguais; a frequência a que respeita a) é substituída por trabalho escrito. Dispensa com 12 valores.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As aulas plenárias visam dotar os alunos dos conceitos e conteúdos essenciais da União Europeia e da parte geral do Direito da União Europeia como ordem jurídica própria. As aulas plenárias promovem o desenvolvimento de competências de saber-saber, na aquisição de conhecimentos teóricos essenciais. As aulas práticas, com promoção da participação ativa e contínua dos alunos, visam a aquisição de competências de saber-fazer na aplicação técnica das aprendizagens. O princípio da aprendizagem cooperativa com recurso a metodologias ativas visa o desenvolvimento de competências de saber-ser, na aquisição de capacidade de trabalho em equipa e organização e exposição de ideias com sentido crítico. O relatório escrito do produto do trabalho em equipa visa igualmente o desenvolvimento de competências de saber-fazer, no exercício de síntese e exposição dos conhecimentos adquiridos e juízos operados.

A conciliação dos conteúdos ministrados em aulas plenárias com a promoção da discussão e da análise crítica de casos, de jurisprudência e de temas em contexto de aulas práticas permite alcançar os objetivos de aprendizagem acima enunciados.

11. Bibliografia principal:

Bibliografia principal:

CRAIG, PAUL / BÚRCA, GRAINNE DE – *EU Law. Text, Cases, and Materials*, 8th, Oxford Univ. Press, 2024.

DUARTE, MARIA LUÍSA – *Direito da União Europeia, Lições desenvolvidas*, AAFDL Editora, 2021;

– “O ramo e a árvore – a propósito do Direito da União Europeia. Notação sobre Botânica Jurídica”, in *Revista de Direito Público*, n.º 1, 2009, pp. 247-255;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000;
- *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, vol. II;
- *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013;
- *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2017;
- *União Europeia, Estática e dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária*, Volume I, 4.ª reimpressão, Coimbra, Almedina, 2017;
- “A teoria dos poderes implícitos e os limites da acção jurídica das Organizações Internacionais”, in MÁRIO FERREIRA MONTE, JOAQUIM FREITAS DA ROCHA, MARIA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA (coord.), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Wladimir Brito*, Coimbra, Almedina, 2020, pp. 1131-1141;
- *Direito do Contencioso da União Europeia*, 1.ª reimp., Lisboa, AAFDL, 2021;
- “União Europeia e Estado de Direito – notas sobre um debate desigual”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, p.227-265;

DUARTE, MARIA LUÍSA / LANCEIRO, RUI TAVARES – *Tratado de Lisboa*, 4.ª edição, Lisboa, AAFDL, 2023;

DUARTE, MARIA LUÍSA / ALVES, PEDRO DELGADO – *União Europeia e jurisprudência constitucional dos Estados-Membros*, Lisboa, AAFDL, 2006;

DUARTE, MARIA LUÍSA / Fernandes, Luís / Coutinho, Francisco Pereira (coord.) – *20 Anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses* Lisboa, MNE, ID, 2011;

FERREIRA, EDUARDO PAZ (coord.) – *Integração e Direito Económico Europeu*, 2.ª ed., Lisboa, AAFDL Editora, 2022;

MARTINS, ANA MARIA GUERRA – *Manual de Direito da União Europeia*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra, Almedina, 2017;

- *O Projeto de Constituição Europeia, Contribuição para o Debate sobre o Futuro da União*, Coimbra, Coimbra, Almedina, 2004;
- *A Igualdade e a não discriminação dos nacionais de Estados Terceiros legalmente residentes na União Europeia, Da Origem na Integração Económica ao Fundamento na Dignidade do Ser Humano*, Coimbra, Coimbra, Almedina, 2010;
- *Ensaio sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Coimbra, Almedina, 2011;
- *Os desafios contemporâneos à acção externa da União Europeia*, Coimbra, Coimbra, Almedina, 2018;
- *Estudos de Direito Internacional e da União Europeia, Essays on International and European Union Law*, Coimbra, Almedina, 2019;

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010;

- *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011;
- *Introdução ao Contencioso da União Europeia, Lições*, 4.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022;
- *Direito da União Europeia, Textos Básicos*, Lisboa, AAFDL Editora, 2024;

FAUSTO DE QUADROS, *Direito da União Europeia*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2013 (reimpr. 2021);

MACHADO, JÓNATAS – *Direito da União Europeia*, 4.ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2022.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Outra bibliografia:

BALTAZAR, ISABEL / CUNHA, ALICE – *Dicionário das Grandes Figuras Europeias*, Coimbra, Almedina, 2019;

CURRO, RITA GIRÃO – “Juridicidade e fundamentalidade: a tutela de direitos fundamentais na União Europeia”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL Editora, 2022, pp. 199-226;

FREITAS, TIAGO FIDALGO DE – “Os direitos sociais na União Europeia: a caminho de uma União social europeia?”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 305-362;

GIL, ANA RITA – “O papel de Provedor de Justiça Europeu”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 361-405;

GOMES, INÊS PEDREIRO – “Tribunal de Justiça da União Europeia e defesa do Estado de direito – notas sobre a jurisprudência mais recente”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 407-458;

GOMES, JOANA GAMA – *A Invocabilidade dos Acordos Internacionais da União Europeia - Uma análise crítica da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia quanto a invocabilidade dos acordos internacionais da União Europeia*, Dissertação de Mestrado em Direito Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020;

LANCEIRO, RUI TAVARES – “O Tribunal de Justiça da União Europeia e os Direitos Fundamentais”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 459-504;

– *O controlo democrático do poder executivo da UE e a recente evolução da Doutrina Meroni*, in *X Encontro de Professores de Direito Público, ebook*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e Centro de Investigação de Direito Público, 2017, disponível em https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_x_encontroprofdirpub_fct.pdf, pp. 241-265;

MILLET, FRANÇOIS-XAVIER – “The uncertain terms of the dialogue on the level of protection of fundamental rights between Member States’ Constitutional Courts and the Court of Justice of the European Union”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 505-534;

MARTINS, PATRÍCIA FRAGOSO – *Direito Constitucional da União Europeia, Jurisprudência essencial*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa Editora, Lisboa, 2017;

MONGE, CLÁUDIA – “Direito Internacional dos Direitos Humanos e derrogações por razões de proteção sanitária: fundamento e limites”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 135-196;

PAIS, SOFIA – *Estudos de Direito da União Europeia*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2022;

PINTO, ANA SOARES – “O Tratado de Lisboa, União Europeia e democracia – democracia no plano transnacional”, in *X Encontro de Professores de Direito Público, ebook*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e Centro de Investigação de Direito Público, 2017, disponível em https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_x_encontroprofdirpub_fct.pdf, pp. 186-240;

– “A obrigação de interpretação conforme em direito da União Europeia”, *Liber amicorum Fausto de Quadros, vol. I*, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 147-170;

PORTO, MANUEL LOPES / ANASTÁCIO, GONÇALO (coords.) – *Tratado de Lisboa anotado e comentado*, Coimbra, Almedina, 2014.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Elementos de apoio às aulas:

DELGADO, MIGUEL MOTA/GIL, ANA RITA/BRÁS, AFONSO/OLIVEIRA, HELOÍSA – *Casos e Materiais de Direito da União Europeia*, Lisboa, AAFDL Editora, 2022;

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL ET. ALLA, *Direito da União Europeia, Exercícios práticos e elementos de estudo*, Lisboa, AAFDL Editora, 2024;

Outros disponibilizados na plataforma Moodle.

12. Observações:

Curricular Unit Sheet

Course Law Degree

1. Curricular Unit Name:

European Union law

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual

Work hours: 168

Credits ECTS: 6

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Cláudia Monge (2 hours plenary classes and 2 subclasses, total 6 hours per week)

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Duarte dos Santos Pedro (3 subclasses - 6 hours/week), Gustavo Almeida Neves (2 subclasses - 4 hours/week), Joana Gama Gomes (2 subclasses - 4 hours/week), Rita Curro (3 subclasses - 6 hours/week)

5. Learning outcomes of the curricular unit:

The European Union Law Curricular Unit, in the second year of the Law degree programme, has as its main object the study of the European Union - its basis, its identity and its institutions - and the general part of European Union Law as its own legal order.

The learning objectives of this course unit, in the field of technical and legal knowledge, are:

- Gain knowledge about the foundations of the European integration project, the political and legal bases of the European Union. To this end, it is important to take account of historical developments - i) up to the creation of the European Communities, ii) the creation of the European Communities, iii) the successive stages of the European integration process iv) up to the current situation of the European Union - and to identify the evolution of the Institutive Treaties, so that the present and future challenges of the European Union can be understood;
 - Recognise the European Union as a political union and an economic union with unique characteristics;



- Recognise the protection of fundamental rights as a Community *acquis*;
- Gain knowledge about the institutions and bodies of the European Union and how they work;
- Recognise European Union law as its own legal order and identify its sources;
- Understand the institutional system and the European Union's decision-making, legislative, non-legislative, internationally binding and sanctioning processes;
- Understand the inter-normativity between international law, European Union law and domestic law;
- Identify the structuring principles of European Union Law and the articulation between the European Union legal order and the legal orders of the Member States;
- Recognise the growing importance of secondary European Union law, using current examples;
- Understand the status of European citizenship and the defence of fundamental rights and recognise the importance of the work of the Court of Justice of the European Union and national courts;
- Recognise the relevance of the Conference on the Future of the European Union and identify the current challenges facing the European Union.

The learning objectives of this curricular unit, in terms of the competences to be acquired, are:

- Critically analyse the evolution of the European Union's legal order;
- To be able to explain the European Union's institutional system and outline the importance of its effects;
- Articulate the principles of competence by attribution, subsidiarity and proportionality and recognise the effects of the principle of primacy;
- Distinguish between original and secondary European Union law;
- Know how to apply European Union law in the legal systems of the Member States;
- Integrate European Union law into the protection of fundamental rights;
- Understanding recent developments.

6. Syllabus:

Introduction

1. The European Union and European Union Law
2. The foundations of the European Union and the integration process:
 - 2.1 The political and legal bases;
 - 2.2 The historical evolution - the stages of integration and the Treaties;
 - 2.3 The affirmation of its humanist nature and the Charter of Fundamental Rights of the European Union;
 - 2.4 Evolution through the Treaties and the contractual principle;
 - 2.5. The current situation and new challenges.
3. Community method and the contractual principle
4. The legal personality of the European Union
5. The legal nature of the European Union

Part I - The European Union

Chapter I - General aspects of the institutional system

6. The institutional system and the fundamental principles of institutional linkage
 - 6.1 Structure and common operating framework;
 - 6.2 The principle of institutional balance;
 - 6.3 The principle of respect for the *acquis Communautaire*;
 - 6.4 The principle of loyal co-operation;
 - 6.5. The principle of transparency
7. Institutions, bodies, offices and agencies; bodies, institutional departments, decentralised agencies and other agencies and bodies
 - 7.1 European Parliament
 - 7.2 European Council
 - 7.3 Council
 - 7.4 European Commission
 - 7.5 Court of Justice of the European Union
 - 7.6 European Central Bank
 - 7.7 Court of Auditors
 - 7.8 Others



Chapter II - The powers, competences and decision-making procedures of the European Union

8. The European Union's internal powers and external action
9. The competences of the European Union
 - 9.1 Foundations of the system of competences; comparison of the evolution of competences with the revisions or modifications of the founding treaties;
 - 9.2 Delimitation of competences: exclusive, shared, supporting, coordinating and complementary
 - 9.3 Principle of competence by attribution
 - 9.4 Principle of subsidiarity
 - 9.5 Principle of proportionality
 - 9.6 The expansive path of competences - implicit competences, Article 352 of the TFEU and evolving competences;
 - 9.7 The new challenges and the strengthening of competences
10. The European Union's decision-making procedures
 - 10.1 The different procedures
 - 10.2 Approval of legislative acts
 - 10.3 Approval of non-legislative acts
 - 10.4 The international link
 - 10.5 The application of political sanctions by the European Union to Member States
 - 10.6 Review

Part II - European Union law and its application

Chapter III - The sources of Union law

11. General aspects; the distinction between primary and secondary European Union law
12. Originating or primary law - the founding Treaties and the revision process; analysing the most relevant reforms
13. General principles of law
14. Secondary or secondary law - development
 - 14.1 Typical acts:
 - 14.1.1. Regulation
 - 14.1.2 Directives
 - 14.1.3 Decision
 - 14.1.4 Recommendations and opinions
 - 14.2. Atypical acts
15. International Law: General or Common International Law and Law from conventional sources
16. The Jurisprudence of the Court of Justice of the European Union
17. Other sources

Chapter IV - European citizenship and the protection of fundamental rights

18. Citizenship of the Union
 - 18.1 The origins of citizenship of the Union
 - 18.2 Nationality of a Member State as a condition for acquiring citizenship of the Union
 - 18.3 The rights and duties of a Union citizen
 - 18.4 The legal bases
 - 18.5 The right to non-discrimination and citizenship of the Union
19. The Charter of Fundamental Rights of the European Union (CFREU)
 - 19.1 Legal value equal to that of the founding Treaties
 - 19.2 Dignity of the human person
 - 19.3 Fundamental freedoms
 - 19.4 Equality
 - 19.5 Solidarity
20. Accession to the European Convention on Human Rights (ECHR)
21. The guarantee of the highest level of protection (Article 16(1) of the Constitution of the Portuguese Republic, Article 53 of the European Convention on Human Rights).

Chapter V - The link between the Euro-Community legal order and national legal orders

22. Framework
23. The principle of the autonomy of European Union law



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

24. The principle of the primacy of EU law over state law
25. Direct effectiveness
26. The principle of conforming interpretation
27. The principle of community loyalty
28. The principle of Member State liability for breaches of European Union law
29. The Constitution of the Portuguese Republic and the articulation of the principle of primacy with the clause safeguarding respect for the 'fundamental principles of the democratic rule of law'.

Chapter VI - Effective judicial protection

30. General aspects; Euro-Community justice
31. National courts as enforcers and guarantors of European Union law
32. The preliminary ruling procedure
33. Procedural channels - an overview
34. Summarising the role of the Court of Justice in the development of the European project

Chapter VII - The present and future challenges facing the European Union

35. The follow-up to the Conference on the Future of the European Union
36. The strategic agenda for 2024-2029

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus makes it possible to study the European Union - its basis, its identity and its institutions - and the general part of European Union law as its own legal order, and to cover the objectives underlying this course.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Teaching includes:

- i) theoretical exposition in plenary classes, with an introduction and critical analysis of the different points of the syllabus of the course and recourse to training materials made available on the Moodle platform accessible via the link <https://moodle.fd.ulisboa.pt/course/view.php?id=1029>;
- ii) the problematisation of issues in practical classes, with the resolution of cases, critical analysis of case law and discussion of current issues. The continuous oral participation of students will be promoted through the indication and prior availability of elements on the Moodle platform. A principle of co-operative learning will also be implemented using active methodologies such as the jigsaw method.

9. Evaluation:

Continuous assessment will comply with what is established for Method A in the Assessment Regulations in force.

1. The continuous assessment elements are made up of:

- a) a written test, weighted at 50 per cent;
- b) activities in the context of the sub-class (50%): i) oral participation with resolution and analysis of the proposed materials previously made available (weighting 25%); ii) oral presentation in a practical class of individual work after choosing and listening to a podcast episode dedicated to the European Union from among those available at https://citizens-initiative.europa.eu/spread-word/citizencentral-podcast_pt or <https://podcasts.apple.com/pt/podcast/eurotopia/id1715471592> (weighting 15%); iii) delivery of a written summary report analysing case law after working in the classroom using the jigsaw method (group work, weighting 10%). In the work referred to in ii) and iii), students must indicate the legal basis or bases on the subject and cite at least two judgements of the Court of Justice of the European Union on the subject.

ERAMUS students: the elements referred to in b) and their respective weighting are the same; the attendance referred to in a) is replaced by written work. Exemption with 12 marks.

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

Theoretical/plenary classes aim to equip students with the essential concepts and contents of the European Union and the general part of European Union law as its own legal order. Plenary classes promote the development of knowledge competences in the acquisition of essential theoretical knowledge. Practical classes, promoting the active and continuous participation of students, are aimed at acquiring know-how skills in the technical application of what has been learnt. The principle of cooperative learning using active methodologies is aimed at developing skills in knowing how to be, acquiring the ability to work in a team and organise and present ideas with a critical sense. The



written report on the product of teamwork also aims to develop know-how skills, in the exercise of synthesising and presenting the knowledge acquired and the judgements made.

Reconciling the content taught in plenary classes with the promotion of discussion and critical analysis of cases, case law and issues in the context of practical classes makes it possible to achieve the learning objectives set out above.

11: Main Bibliography:

Main Bibliography:

CRAIG, PAUL / BURCA, GRAINNE DE – *EU Law. Text, Cases, and Materials*, 8th, Oxford Univ. Press, 2024.

DUARTE, MARIA LUÍSA – *Direito da União Europeia, Lições desenvolvidas*, AAFDL Editora, 2021;

– “O ramo e a árvore – a propósito do Direito da União Europeia. Notação sobre Botânica Jurídica”, in *Revista de Direito Público*, n.º 1, 2009, pp. 247-255;

– *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000;

– *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, vol. II;

– *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013;

– *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2017;

– *União Europeia, Estática e dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária*, Volume I, 4.ª reimpressão, Coimbra, Almedina, 2017;

– “A teoria dos poderes implícitos e os limites da acção jurídica das Organizações Internacionais”, in MÁRIO FERREIRA MONTE, JOAQUIM FREITAS DA ROCHA, MARIA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA (coord.), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Wladimir Brito*, Coimbra, Almedina, 2020, pp. 1131-1141;

– *Direito do Contencioso da União Europeia*, 1.ª reimp., Lisboa, AAFDL, 2021;

– “União Europeia e Estado de Direito – notas sobre um debate desigual”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, p.227-265;

DUARTE, MARIA LUÍSA / LANCEIRO, RUI TAVARES – *Tratado de Lisboa*, 4.ª edição, Lisboa, AAFDL, 2023;

DUARTE, MARIA LUÍSA / ALVES, PEDRO DELGADO – *União Europeia e jurisprudência constitucional dos Estados-Membros*, Lisboa, AAFDL, 2006;

DUARTE, MARIA LUÍSA / Fernandes, Luís / Coutinho, Francisco Pereira (coord.) – *20 Anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses* Lisboa, MNE, ID, 2011;

FERREIRA, EDUARDO PAZ (coord.) – *Integração e Direito Económico Europeu*, 2.ª ed., Lisboa, AAFDL Editora, 2022;

MARTINS, ANA MARIA GUERRA – *Manual de Direito da União Europeia*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra, Almedina, 2017;

– *O Projeto de Constituição Europeia, Contribuição para o Debate sobre o Futuro da União*, Coimbra, Coimbra, Almedina, 2004;

– *A Igualdade e a não discriminação dos nacionais de Estados Terceiros legalmente residentes na União Europeia, Da Origem na Integração Económica ao Fundamento na Dignidade do Ser Humano*, Coimbra, Coimbra, Almedina, 2010;

– *Ensaios sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Coimbra, Almedina, 2011;

– *Os desafios contemporâneos à acção externa da União Europeia*, Coimbra, Coimbra, Almedina, 2018;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

– *Estudos de Direito Internacional e da União Europeia, Essays on International and European Union Law*, Coimbra, Almedina, 2019;

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010;

– *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011;

– *Introdução ao Contencioso da União Europeia, Lições*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2022;

– *Direito da União Europeia, Textos Básicos*, Lisboa, AAFDL Editora, 2024;

FAUSTO DE QUADROS, *Direito da União Europeia*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2013 (reimpr. 2021);

MACHADO, JÓNATAS – *Direito da União Europeia*, 4.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2022.

Other bibliography:

BALTAZAR, ISABEL / CUNHA, ALICE – *Dicionário das Grandes Figuras Europeias*, Coimbra, Almedina, 2019;

CURRO, RITA GIRÃO – “Juridicidade e fundamentalidade: a tutela de direitos fundamentais na União Europeia”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL Editora, 2022, pp. 199-226;

FREITAS, TIAGO FIDALGO DE – “Os direitos sociais na União Europeia: a caminho de uma União social europeia?”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 305-362;

GIL, ANA RITA – “O papel de Provedor de Justiça Europeu”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 361-405;

GOMES, INÊS PEDREIRO – “Tribunal de Justiça da União Europeia e defesa do Estado de direito – notas sobre a jurisprudência mais recente”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 407-458;

GOMES, JOANA GAMA – *A Invocabilidade dos Acordos Internacionais da União Europeia - Uma análise crítica da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia quanto a invocabilidade dos acordos internacionais da União Europeia*, Dissertação de Mestrado em Direito Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020;

LANCEIRO, RUI TAVARES – “O Tribunal de Justiça da União Europeia e os Direitos Fundamentais”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 459-504;

– *O controlo democrático do poder executivo da UE e a recente evolução da Doutrina Meroni*, in *X Encontro de Professores de Direito Público, ebook*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e Centro de Investigação de Direito Público, 2017, disponível em https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_x_encontroprofdirpub_fct.pdf, pp. 241-265;

MILLET, FRANÇOIS-XAVIER – “The uncertain terms of the dialogue on the level of protection of fundamental rights between Member States’ Constitutional Courts and the Court of Justice of the European Union”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 505-534;

MARTINS, PATRÍCIA FRAGOSO – *Direito Constitucional da União Europeia, Jurisprudência essencial*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa Editora, Lisboa, 2017;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MONGE, CLÁUDIA – “Direito Internacional dos Direitos Humanos e derrogações por razões de proteção sanitária: fundamento e limites”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022, pp. 135-196;

PAIS, SOFIA – *Estudos de Direito da União Europeia*, 5.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022;

PINTO, ANA SOARES – “O Tratado de Lisboa, União Europeia e democracia – democracia no plano transnacional”, in *X Encontro de Professores de Direito Público, ebook*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e Centro de Investigação de Direito Público, 2017, disponível em https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_x_encontroprofdirpub_fct.pdf, pp. 186-240;

– “A obrigação de interpretação conforme em direito da União Europeia”, *Liber amicorum Fausto de Quadros, vol. I*, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 147-170;

PORTO, MANUEL LOPES / ANASTÁCIO, GONÇALO (coords.) – *Tratado de Lisboa anotado e comentado*, Coimbra, Almedina, 2014.

Elements to support lessons:

DELGADO, MIGUEL MOTA/GIL, ANA RITA/BRÁS, AFONSO/OLIVEIRA, HELOÍSA – *Casos e Materiais de Direito da União Europeia*, Lisboa, AAFDL Editora, 2022;

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL ET. ALLA, *Direito da União Europeia, Exercícios práticos e elementos de estudo*, Lisboa, AAFDL Editora, 2024;

Others available on the Moodle platform.

12: Remarks:

--